

OS MUNICÍPIOS BILIONÁRIOS EM 2012

(Estudo Técnico nº 175)

François E. J. de Bremaeker

Salvador, julho de 2012

OS MUNICÍPIOS BILIONÁRIOS EM 2012

François E. J. de Bremaeker

Economista e Geógrafo

Associação Transparência Municipal

Gestor do Observatório de Informações Municipais

www.oim.tmunicipal.org.br

francois.bremaeker@tmunicipal.org.br

Dos 5.563 Municípios que escolherão novos Prefeitos e Vereadores neste ano, 47 deles (0,87% do total) apresentam receitas bilionárias, segundo informações dos orçamentos recolhidos na página da Secretaria do Tesouro Nacional, sendo que em 5 casos os dados foram obtidos junto às páginas dos seus Municípios na internet, vez que não haviam encaminhado ainda nem o Relatório Resumido de Execução Orçamentária referente ao 1º bimestre. Os demais já haviam encaminhado o Relatório referente ao 2º bimestre de 2012.

Estes Municípios agrupam em 2012 um total de 56,6 milhões de habitantes (29,56% da população brasileira, não computados Brasília e Fernando de Noronha). A estimativa de população foi obtida a partir do ritmo de crescimento entre o ano de 2000 (Censo Demográfico) e a estimativa para 2011, elaborada pelo IBGE.

Quanto à receita orçamentária estes 47 Municípios concentram em 2012 R\$ 164,347 bilhões, o que corresponde a aproximadamente 37% do montante de recursos disponíveis para o conjunto de Municípios brasileiros. A receita orçamentária per capita dos Municípios bilionários é de R\$ 2.905,64 em 2012, contra R\$ 2.141,63 em 2010, quando a receita orçamentária per capita do conjunto dos Municípios brasileiros era de R\$ 1.699,55. O aumento per capita da receita orçamentária para os Municípios bilionários foi da ordem de 35,67% entre 2010 e 2012.

Em relação à receita tributária estes 47 Municípios concentram em 2012 R\$ 75,473 bilhões, o que corresponde a aproximadamente 62% do montante de tributos arrecadados pelo conjunto de Municípios brasileiros. A receita tributária per capita dos Municípios bilionários é de R\$ 803,25 em 2012, contra R\$ 632,22 em 2010, quando a receita tributária per capita do conjunto dos Municípios brasileiros era de R\$ 300,38. O aumento per capita da receita tributária para os Municípios bilionários foi da ordem de 27,05% entre 2010 e 2012.

Já para a receita de transferências constitucionais e voluntárias estes 47 Municípios concentram R\$ 77,632 bilhões, o que corresponde a aproximadamente 27% do montante de recursos recebidos pelo conjunto de Municípios brasileiros. A receita de transferências per capita dos Municípios bilionários é de R\$ 1.372,53 em 2012, contra R\$ 1.026,86 em 2010, quando a receita orçamentária per capita do conjunto dos Municípios brasileiros era de R\$ 1.127,03. O aumento per capita da receita orçamentária para os Municípios bilionários foi da ordem de 33,66% entre 2010 e 2012. Note-se, entretanto, que o valor per capita das receitas de transferências é menor para os Municípios bilionários do que para o conjunto dos Municípios brasileiros em 2010.

Quanto às outras receitas estes 47 Municípios concentram em 2012 R\$ 41,282 bilhões, o que corresponde a aproximadamente 52% do montante de recursos obtidos pelo conjunto de Municípios brasileiros. As outras receitas per capita dos Municípios bilionários é de R\$ 729,86 em 2012, contra R\$ 482,55 em 2010, quando às outras receitas per capita do conjunto dos Municípios brasileiros era de R\$ 272,14. O aumento per capita das outras receitas para os Municípios bilionários foi da ordem de 51,25% entre 2010 e 2012. Este expressivo aumento reflete os aportes de recursos recebidos ou tomados sob a forma de empréstimo por alguns destes Municípios bilionários para as obras relacionadas aos grandes eventos que acontecerão no país, como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo de Futebol, além das Olimpíadas e das Para-Olimpíadas.

Os 10 Municípios que apresentam as maiores receitas orçamentárias em bilhões de Reais em 2012 são: São Paulo (SP); Rio de Janeiro (RJ); Belo Horizonte (MG); Curitiba (PR); Fortaleza (CE); Porto Alegre (RS); Recife (PE); Salvador (BA); Campinas (SP); e São Bernardo do Campo (SP).

Em 2011 os Municípios bilionários eram 42. Os 5 Municípios que entraram na lista em 2012 foram: Juiz de Fora (MG), Blumenau (SC), Cubatão (SP), São José do Rio Preto (SP) e Nova Iguaçu (RJ). Encontram-se muito próximos deste valor, devendo ingressar no rol dos Municípios bilionários em 2013 pelo menos mais 4 Municípios: Piracicaba (SP), Porto Velho (RO), Serra (ES) e Guarujá (SP), com receitas previstas entre R\$ 996 milhões e R\$ 981 milhões em 2012.

Em 2010 os Municípios bilionários eram 36. Os 5 Municípios que entraram na lista em 2011 foram: Londrina (PR), Florianópolis (SC), Aracaju (SE), Cuiabá (MT) e Contagem (MG).

Em 2009 os Municípios bilionários eram 31. Os 6 Municípios que entraram na lista em 2010 foram: Jundiá (SP), Joinville (SC), Betim (MG), Niterói (RJ), Caxias do Sul (RS) e Uberlândia (MG).



MUNICÍPIOS COM RECEITA ORÇAMENTÁRIA BILIONÁRIA EM 2012

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ESTIMADA 2012	RECEITA ORÇAMENTÁRIA 2012	REC ORÇAMENT PER CAPITA 2012
Manaus	1.863.345	3.226.860.904	1.731,76
Belém	1.410.767	2.325.959.868	1.648,72
São Luís	1.040.177	2.659.046.407	2.556,34
Teresina	830.578	1.706.772.397	2.054,92
Fortaleza	2.501.236	4.932.893.828	1.972,18
Natal	817.882	2.350.312.320	2.873,66
João Pessoa	742.921	1.860.601.247	2.504,44
Recife	1.555.379	3.974.560.000	2.555,36
Maceió	953.585	1.718.445.216	1.802,09
Aracaju	587.086	1.242.180.824	2.115,84
Salvador	2.711.674	3.761.186.000	1.387,03
Belo Horizonte	2.396.174	9.273.378.665	3.870,08
Betim	389.131	1.475.000.000	3.790,50
Contagem	614.032	1.265.179.367	2.060,45
Juiz de Fora	525.413	1.229.969.246	2.340,96
Uberlândia	619.896	1.507.688.500	2.432,16
Vitória	333.274	1.570.645.605	4.712,78
Campos dos Goytacazes (*)	472.671	2.227.582.708	4.712,76
Duque de Caxias	867.310	1.973.203.500	2.275,08
Macaé	218.296	1.570.686.950	7.195,22
Niterói (*)	491.888	1.430.103.000	2.907,38
Nova Iguaçu	801.847	1.110.713.608	1.385,19
Rio de Janeiro	6.391.650	20.503.276.982	3.207,82
Barueri	245.759	1.765.972.000	7.185,79
Campinas	1.097.176	3.524.488.210	3.212,33
Cubatão	120.323	1.158.498.820	9.628,24
Guarulhos	1.245.001	3.092.183.723	2.483,68
Jundiaí	377.335	1.380.583.650	3.658,77
Osasco (*)	668.914	1.570.877.450	2.348,40
Ribeirão Preto (*)	620.093	1.634.757.914	2.636,31
Santo André (*)	680.569	2.672.844.600	3.927,37
Santos	419.618	1.682.006.315	4.008,42
São Bernardo do Campo	775.073	3.397.039.684	4.382,86
São José do Rio Preto	415.927	1.134.151.035	2.726,80
São José dos Campos	643.908	2.016.466.000	3.131,61
São Paulo	11.379.146	38.734.598.114	3.404,00
Sorocaba	601.012	1.689.920.685	2.811,79
Curitiba	1.777.264	5.716.507.214	3.216,46
Londrina	515.896	1.126.026.000	2.182,66
Blumenau	316.300	1.173.002.000	3.708,51
Florianópolis	433.443	1.630.020.015	3.760,63
Joinville	526.583	1.762.000.000	3.346,10
Caxias do Sul	447.177	1.298.448.701	2.903,66
Porto Alegre	1.416.847	4.687.683.895	3.308,53
Campo Grande	805.821	2.424.000.000	3.008,11
Cuiabá	561.547	1.288.819.183	2.295,12
Goiânia	1.334.496	2.890.260.000	2.165,81

FONTES: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – 2012.

IBGE. Censo Demográfico de 2010 e estimativa de população para 2011.

Cálculos: François E. J. de Bremaeker

(*) Municípios cujos valores foram obtidos pelo sistema de busca na internet.

Ao se observar a distribuição da receita orçamentária per capita, verifica-se que entre os 3 Municípios com valor acima de R\$ 7 mil nenhum deles é capital de Estado; entre os 7 Municípios com valor acima de R\$ 4 mil, apenas um deles é Município de capital; enquanto que para os 10 Municípios com maior receita per capita 8 deles são do interior.

Dos 47 Municípios bilionários encontram-se acima da média da receita orçamentária per capita do seu conjunto 22 deles, sendo que 16 se encontram na região sudeste, 5 na região Sul e 1 na região Centro-oeste.

Receita tributária

Em relação à receita tributária o valor per capita médio para os 47 Municípios bilionários em 2012 é de R\$ 803,25, contra R\$ 632,22 em 2010, quando o valor per capita para o conjunto dos Municípios brasileiros era de R\$ 300,38.

Como o crescimento da receita tributária foi inferior ao do crescimento da receita orçamentária entre 2010 e 2012 para os 47 Municípios bilionários, a participação da sua receita tributária em relação à receita orçamentária caiu de 29,52% em 2010 para 27,64% em 2012. Em 2010 a participação da receita tributária do conjunto dos Municípios brasileiros em relação à receita orçamentária era de 17,67%.

Menos de uma terça parte dos Municípios bilionários apresentam receita tributária per capita acima da média dos 47 Municípios, sendo todos eles das regiões Sudeste (12) e Sul (3). A receita tributária per capita mais elevada se encontra no Município de Barueri (SP), seguido bem de longe pelos de Macaé (RJ), Santos (SP) e Cubatão (SP). O Município de São Paulo aparece em 5º lugar e o do Rio de Janeiro em 7º lugar.

A participação da receita tributária em relação à receita orçamentária dos 47 Municípios bilionários é de 29,52% e apenas 7 deles (14,89% do seu total) apresentam participações acima deste valor médio: São Paulo (SP), Barueri (SP), Santos (SP), Niterói (RJ), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ) e Campinas (SP).

MUNICÍPIOS COM RECEITA ORÇAMENTÁRIA BILIONÁRIA EM 2012

MUNICÍPIOS	RECEITA TRIBUTÁRIA 2012	REC TRIBUTÁRIA PER CAPITA 2012	% REC TRIBUTÁRIA S/ REC ORÇAMENTÁRIA 2012
Manaus	763.014.000	409,49	23,65
Belém	375.163.984	265,93	16,13
São Luís	636.266.527	611,69	23,93
Teresina	138.218.142	166,41	8,10
Fortaleza	799.538.934	319,66	16,21
Natal	322.008.000	393,71	13,70
João Pessoa	240.816.261	324,15	12,94
Recife	936.272.000	601,96	23,56
Maceió	314.988.954	330,32	18,33
Aracaju	267.499.561	455,64	21,53
Salvador	1.275.276.000	470,29	33,91
Belo Horizonte	2.054.398.255	857,37	22,15
Betim	108.192.000	278,03	7,34
Contagem	217.469.400	354,17	17,19
Juiz de Fora	250.787.365	477,31	20,39
Uberlândia	246.081.000	396,97	16,32
Vitória	411.901.000	1.235,92	26,22
Campos dos Goytacazes (*)	158.132.855	334,55	7,10
Duque de Caxias	333.200.963	384,18	16,89
Macaé	342.894.233	1.570,78	21,83
Niterói (*)	494.900.000	1.006,12	34,61
Nova Iguaçu	116.262.640	144,99	10,47
Rio de Janeiro	6.862.068.895	1.073,60	33,47
Barueri	682.139.000	2.775,64	38,63
Campinas	1.116.830.440	1.017,91	31,69
Cubatão	172.236.416	1.431,45	14,87
Guarulhos	503.371.600	404,31	16,28
Jundiaí	373.641.000	990,21	27,06
Osasco (*)	459.795.830	687,38	29,27
Ribeirão Preto (*)	336.035.000	541,91	20,56
Santo André (*)	494.505.083	726,61	18,50
Santos	626.470.533	1.492,95	37,25
São Bernardo do Campo	664.405.381	857,22	19,56
São José do Rio Preto	240.583.990	578,43	21,21
São José dos Campos	402.550.000	625,17	19,96
São Paulo	15.558.274.151	1.367,26	40,17
Sorocaba	366.422.300	609,68	21,68
Curitiba	1.464.080.000	823,78	25,61
Londrina	278.527.000	539,89	24,74
Blumenau	179.246.500	566,70	15,28
Florianópolis	442.641.631	1.021,22	27,16
Joinville	293.531.000	557,43	16,66
Caxias do Sul	245.342.728	548,65	18,90
Porto Alegre	1.313.926.060	927,36	28,03
Campo Grande	475.105.000	589,59	19,60
Cuiabá	265.757.018	473,26	20,62
Goiânia	812.041.000	608,50	28,10

FONTES: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – 2012.

IBGE. Censo Demográfico de 2010 e estimativa de população para 2011.

Cálculos: François E. J. de Bremaeker

(*) Municípios cujos valores foram obtidos pelo sistema de busca na internet.

O crescimento da receita tributária dos 47 Municípios bilionários entre 2010 e 2012 deverá ser, segundo suas previsões, de 29,05%. Neste mesmo período, ou seja, computando-se a previsão da inflação até o final de 2012 e mais um crescimento demográfico de 1,57%, isto faz com que o crescimento real fique em torno dos 5%.

O maior crescimento deverá se registrar com o ITBI (33,64%), vindo em seguida o ISS, com uma previsão de 30,49%. As taxas deverão crescer 29,13%, enquanto que o IPTU deverá crescer 24,52% entre 2010 e 2012.

A participação do ISS no conjunto das receitas tributária é de 56,60% em 2012, contra uma participação de 55,98% em 2010. Quanto ao IPTU sua participação é de 28,18% em 2012, contra uma participação de 29,18% em 2010. O ITBI cresce sua participação de 9,26% para 9,58%, enquanto que as taxas se mantêm no mesmo patamar: 5,52%.

Em resumo, mesmo nestes Municípios bilionários, todos eles com mais de 100 mil habitantes, verifica-se que o ISS ganha terreno frente ao IPTU.

Os Municípios que apresentam maior participação de ISS na composição das suas receitas tributárias, com valores acima de 74%, são: Barueri (SP), Macaé (RJ), Cubatão (SP), Vitória (ES) e Duque de Caxias (RJ). Destacam-se ainda São Luís (MA), Teresina (PI) e Manaus (AM), com participações acima de 70%. As menores participações estão em Goiânia (GO) e Niterói (RJ), mesmo assim na casa dos 37%.

Os Municípios que apresentam maior participação de IPTU na composição das suas receitas tributárias são Guarulhos (SP), São José do Rio Preto (SP), Santo André (SP), Niterói (RJ) e Campo Grande (MS). Estas participações oscilam entre 50% e 40%. As menores participações são encontradas em Barueri (SP) e Macaé (RJ), com menos de 5%.

O ITBI apresenta participações entre 22,4% e 15% em João Pessoa (PB), Curitiba (PR), Uberlândia (MG), Salvador (BA) e Porto Alegre (RS). As menores participações estão em Duque de Caxias (RJ), Cubatão (SP) e Macaé (RJ), todos com menos de 3%.

Em relação às taxas, As maiores participações variam entre 24% e 15% nos Municípios de Campos dos Goytacazes (RJ), Blumenau (SC), Maceió (AL) e Contagem (MG). As menores participações, todas abaixo de 2% são encontradas em Cubatão (SP), São Paulo (SP), Barueri (SP) e Fortaleza (CE).

MUNICÍPIOS COM RECEITA ORÇAMENTÁRIA BILIONÁRIA EM 2012

MUNICÍPIOS	% ISS s/ REC TRIBUTÁRIA 2012	% IPTU s/ REC TRIBUTÁRIA 2012	% ITBI s/ REC TRIBUTÁRIA 2012	% TAXAS s/ REC TRIBUTÁRIA 2012
Manaus	70,77	19,66	5,50	4,06
Belém	65,93	14,93	5,78	13,36
São Luís	73,97	18,24	5,11	2,68
Teresina	71,21	18,09	7,78	3,06
Fortaleza	61,49	24,25	12,41	1,88
Natal	59,69	16,26	11,71	11,87
João Pessoa	49,83	13,70	22,42	14,04
Recife	57,46	23,71	6,54	12,29
Maceió	53,69	21,69	8,07	16,56
Aracaju	57,18	21,88	13,15	7,79
Salvador	50,31	19,75	15,56	14,38
Belo Horizonte	42,83	34,26	14,59	8,27
Betim	65,62	23,11	7,39	3,87
Contagem	45,54	24,14	14,73	15,59
Juiz de Fora	41,88	35,57	7,67	14,89
Uberlândia	58,74	14,69	15,92	10,65
Vitória	75,24	11,33	7,73	5,70
Campos dos Goytacazes (*)	55,98	12,41	7,25	24,36
Duque de Caxias	74,53	19,56	0,00	5,91
Macaé	87,62	4,72	2,45	4,04
Niterói (*)	37,62	41,02	13,74	7,62
Nova Iguaçu	53,41	28,03	6,05	12,50
Rio de Janeiro	61,49	23,96	9,44	5,11
Barueri	89,96	2,31	5,93	1,79
Campinas	51,33	32,93	6,58	9,16
Cubatão	75,66	21,16	1,77	1,41
Guarulhos	41,34	49,38	4,80	4,01
Jundiaí	54,58	25,33	11,51	8,57
Osasco (*)	55,21	32,08	5,88	5,33
Ribeirão Preto (*)	46,42	33,33	14,88	5,36
Santo André (*)	46,25	41,79	9,57	2,40
Santos	47,80	35,76	7,65	8,79
São Bernardo do Campo	42,24	36,06	8,83	12,87
São José do Rio Preto	45,04	41,91	9,89	3,09
São José dos Campos	57,62	29,46	9,48	3,43
São Paulo	58,57	31,90	8,05	1,47
Sorocaba	49,71	23,76	12,80	13,73
Curitiba	53,96	24,32	16,39	6,16
Londrina	41,35	37,37	14,60	6,63
Blumenau	49,51	23,82	9,18	17,49
Florianópolis	37,03	30,61	11,95	12,14
Joinville	51,10	34,07	10,22	4,18
Caxias do Sul	50,42	20366	17,62	11,30
Porto Alegre	50,55	26,03	15,25	8,17
Campo Grande	43,57	40,52	7,71	6,05
Cuiabá	56,85	20,39	11,37	11,38
Goiânia	37,24	36,86	11,88	14,01

FONTES: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – 2012.

IBGE. Censo Demográfico de 2010 e estimativa de população para 2011.

Cálculos: François E. J. de Bremaeker

(*) Municípios cujos valores foram obtidos pelo sistema de busca na internet.

ANEXOS

Em anexo estão sendo disponibilizados os dados levantados para os 47 Municípios que possuem receita orçamentária acima de R\$ 1 bilhão de Reais em 2012.

Os dados de população para 2010 são os levantados pelo Censo Demográfico e para 2011 aqueles referentes às estimativas elaboradas pelo IBGE. Para o ano de 2009 foi efetuado o ajustamento da estimativa elaborada pelo IBGE, adotando-se o índice de crescimento entre 2010 e 2011. Da mesma forma, a estimativa de população para 2012 adotou este mesmo índice de crescimento. Esta prática tem por objetivo possibilitar uma mais exata comparação dos valores per capita.

Os dados referentes às receitas municipais foram obtidos junto à base de dados da Secretaria do Tesouro Nacional. São dados dos Balanços Orçamentários para todos os Municípios em 2009 e 2010. Para o ano de 2011 a maioria dos dados se referem a dados de Balanços Orçamentários e em alguns poucos casos, os dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre e em alguns casos de bimestres anteriores. Para o ano de 2012 foram utilizados os dados dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária referentes aos 2º e 1º bimestres. Em 5 casos os dados foram obtidos nas páginas das Prefeituras ou pelo sistema de busca na internet.

Os dados de receita tributária tiveram deduzidos os valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte, cujos valores foram adicionados aos das transferências correntes e de capital. No caso dos Municípios que não apresentaram dados dos Relatórios Resumidos, os valores do IRRF foi calculado na proporção do valor de 2011 e para o Município de Osasco (SP), onde somente foi possível obter o valor global do orçamento para 2012, os valores de receitas tributárias e transferências foram calculados na proporção dos valores de 2011.

A decisão de retirar o IRRF do âmbito das receitas tributárias, conforme classificação adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional desde 2002, se respalda em dois critérios: em primeiro lugar o IRRF não faz parte das receitas tributárias no texto constitucional (art. 156 da CF) e sim do inciso I do art. 158 da Constituição, que enuncia os recursos que pertencem aos Municípios à guisa de transferências; e, em segundo lugar, porque as receitas tributárias municipais não fazem parte do câmpulo do FUNDEB, a exemplo do IRRF.

O levantamento dos dados foi estendido até 29 de junho de 2012.



MUNICÍPIOS COM RECEITA ORÇAMENTÁRIA BILIONÁRIA EM 2012

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO AJUSTADA 2009	POPULAÇÃO CENSO 2010	POPULAÇÃO ESTIMADA 2011	POPULAÇÃO CALCULADA 2012
Manaus	1.772.110	1.802.014	1.832.423	1.863.345
Belém	1.384.795	1.393.399	1.402.056	1.410.767
São Luís	1.002.399	1.014.837	1.027.429	1.040.177
Teresina	806.177	814.230	822.363	830.578
Fortaleza	2.428.021	2.452.185	2.476.589	2.501.236
Natal	796.759	803.739	810.780	817.882
João Pessoa	714.003	723.515	733.154	742.921
Recife	1.528.942	1.537.704	1.546.516	1.555.379
Maceió	922.501	932.748	943.109	953.585
Aracaju	563.343	571.149	579.063	587.086
Salvador	2.657.827	2.675.656	2.693.605	2.711.674
Belo Horizonte	2.364.708	2.375.151	2.385.639	2.396.174
Betim	372.686	378.089	383.570	389.131
Contagem	598.215	603.442	608.714	614.032
Juiz de Fora	511.724	516.247	520.810	525.413
Uberlândia	596.225	604.013	611.903	619.896
Vitória	325.098	327.801	330.526	333.274
Campos dos Goytacazes (*)	459.048	463.545	468.086	472.671
Duque de Caxias	848.982	855.048	861.157	867.310
Macaé	201.176	206.728	212.433	218.296
Niterói (*)	485.414	487.562	489.720	491.888
Nova Iguaçu	793.477	796.257	799.047	801.847
Rio de Janeiro	6.285.142	6.320.446	6.355.949	6.391.650
Barueri	238.283	240.749	243.241	245.759
Campinas	1.071.681	1.080.113	1.088.611	1.097.176
Cubatão	117.926	118.720	119.519	120.323
Guarulhos	1.210.628	1.221.979	1.233.436	1.245.001
Jundiaí	366.574	370.126	373.713	377.335
Osasco (*)	665.656	666.740	667.826	668.914
Ribeirão Preto (*)	597.121	604.682	612.339	620.093
Santo André (*)	674.335	676.407	678.485	680.569
Santos	418.312	419.400	419.509	419.618
São Bernardo do Campo	760.703	765.463	770.253	775.073
São José do Rio Preto	404.477	408.258	412.075	415.927
São José dos Campos	623.042	629.921	636.876	643.908
São Paulo	11.191.202	11.253.503	11.316.149	11.379.146
Sorocaba	579.561	586.625	593.775	601.012
Curitiba	1.739.364	1.751.907	1.764.540	1.777.264
Londrina	502.165	506.701	511.278	515.896
Blumenau	305.430	309.011	312.634	316.300
Florianópolis	415.268	421.240	427.298	433.443
Joinville	509.731	515.288	520.905	526.583
Caxias do Sul	429.871	435.564	441.332	447.177
Porto Alegre	1.405.618	1.409.351	1.413.094	1.416.847
Campo Grande	777.454	786.797	796.252	805.821
Cuiabá	545.946	551.098	556.298	561.547
Goiânia	1.286.051	1.302.001	1.318.148	1.334.496

FONTES: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – 2012.

IBGE. Censo Demográfico de 2010 e estimativa de população para 2011.

Cálculos: François E. J. de Bremaeker

(*) Municípios cujos valores foram obtidos pelo sistema de busca na internet.



MUNICÍPIOS COM RECEITA ORÇAMENTÁRIA BILIONÁRIA EM 2012

MUNICÍPIOS	RECEITA ORÇAMENTÁRIA 2009	RECEITA ORÇAMENTÁRIA 2010	RECEITA ORÇAMENTÁRIA 2011	RECEITA ORÇAMENTÁRIA 2012
Manaus	1.905.429.258	2.297.982.217	2.531.181.424	3.226.860.904
Belém	1.466.430.628	1.707.517.127	1.911.949.778	2.325.959.868
São Luís	1.417.075.698	1.470.327.826	1.853.239.830	2.659.046.407
Teresina	1.081.603.739	1.248.432.753	1.453.795.306	1.706.772.397
Fortaleza	3.009.012.841	3.443.635.387	4.040.182.671	4.932.893.828
Natal	1.035.596.012	1.141.481.930	1.284.852.984	2.350.312.320
João Pessoa	1.039.137.725	1.127.872.593	1.312.386.989	1.860.601.247
Recife	2.271.840.099	2.460.553.125	2.910.799.579	3.974.560.000
Maceió	1.018.309.114	1.181.835.600	1.389.408.096	1.718.445.216
Aracaju	770.360.313	877.865.333	1.021.671.488	1.242.180.824
Salvador	2.741.264.926	3.006.497.421	3.609.076.397	3.761.186.000
Belo Horizonte	4.825.925.739	5.349.446.382	6.436.365.282	9.273.378.665
Betim	939.279.821	1.099.226.210	1.207.307.706	1.475.000.000
Contagem	781.099.348	893.058.007	1.073.081.742	1.265.179.367
Juiz de Fora	731.379.703	847.461.235	932.429.570	1.229.969.246
Uberlândia	853.411.032	1.042.962.394	1.240.611.806	1.507.688.500
Vitória	1.078.986.673	1.222.426.299	1.388.154.782	1.570.645.605
Campos dos Goytacazes (*)	1.423.568.588	1.867.225.055	2.028.013.365	2.227.582.708
Duque de Caxias	1.202.828.842	1.461.997.074	1.470.430.474	1.973.203.500
Macaé	1.113.363.121	1.356.049.062	1.604.548.765	1.570.686.950
Niterói (*)	885.588.317	1.054.770.568	1.223.407.551	1.430.103.000
Nova Iguaçu	745.179.312	740.390.620	848.051.725	1.110.713.608
Rio de Janeiro	11.667.181.525	15.243.212.216	17.820.565.795	20.503.276.982
Barueri	1.256.031.057	1.467.575.074	1.723.801.991	1.765.972.000
Campinas	2.248.862.454	2.584.848.856	3.007.926.044	3.524.488.210
Cubatão	766.131.344	797.043.935	843.114.798	1.158.498.820
Guarulhos	1.936.815.684	2.414.414.762	2.541.987.411	3.092.183.723
Jundiaí	913.875.699	1.069.967.650	1.171.767.808	1.380.583.650
Osasco (*)	1.125.056.223	1.233.710.675	1.509.909.740	1.570.877.450
Ribeirão Preto (*)	1.161.734.577	1.386.842.848	1.515.967.275	1.634.757.914
Santo André (*)	1.254.902.364	1.448.523.425	1.630.248.868	2.672.844.600
Santos	1.251.957.492	1.384.599.851	1.566.833.423	1.682.006.315
São Bernardo do Campo	2.041.268.343	2.405.553.105	2.888.436.585	3.397.039.684
São José do Rio Preto	677.714.741	809.235.816	966.800.449	1.134.151.035
São José dos Campos	1.281.415.448	1.524.571.983	1.544.843.963	2.016.466.000
São Paulo	24.863.585.749	29.983.961.331	32.086.362.683	38.734.598.114
Sorocaba	1.090.748.099	1.273.029.413	1.481.547.748	1.689.920.685
Curitiba	4.049.326.763	4.423.943.409	5.076.419.875	5.716.507.214
Londrina	741.530.721	848.866.336	1.003.914.345	1.126.026.000
Blumenau	647.554.892	698.054.775	837.033.396	1.173.002.000
Florianópolis	782.605.012	919.808.344	1.006.658.023	1.630.020.015
Joinville	908.425.752	1.033.946.606	1.202.044.860	1.762.000.000
Caxias do Sul	906.925.762	1.057.515.002	1.225.754.200	1.298.448.701
Porto Alegre	3.122.661.660	3.522.272.053	4.131.147.010	4.687.683.895
Campo Grande	1.473.831.940	1.652.451.691	1.959.443.648	2.424.000.000
Cuiabá	777.939.039	852.560.539	1.050.211.197	1.288.819.183
Goiânia	1.953.291.476	2.325.989.399	2.660.020.804	2.890.260.000

FONTES: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – 2012.

IBGE. Censo Demográfico de 2010 e estimativa de população para 2011.

Cálculos: François E. J. de Bremaeker

(*) Municípios cujos valores foram obtidos pelo sistema de busca na internet.

MUNICÍPIOS COM RECEITA ORÇAMENTÁRIA BILIONÁRIA EM 2012

MUNICÍPIOS	RECEITA TRIBUTÁRIA 2009	RECEITA TRIBUTÁRIA 2010	RECEITA TRIBUTÁRIA 2011	RECEITA TRIBUTÁRIA 2012
Manaus	403.514.895	463.301.627	525.221.738	763.014.000
Belém	253.797.968	314.123.653	318.612.480	375.163.984
São Luís	280.703.172	316.453.588	393.456.862	636.266.527
Teresina	106.679.708	128.581.933	152.111.954	138.218.142
Fortaleza	464.161.854	602.658.456	701.324.991	799.538.934
Natal	224.164.337	258.754.218	294.586.642	322.008.000
João Pessoa	177.855.375	207.311.694	242.592.295	240.816.261
Recife	637.848.435	730.934.702	847.468.048	936.272.000
Maceió	167.966.448	205.554.107	261.418.729	314.988.954
Aracaju	165.060.915	203.162.097	246.731.917	267.499.561
Salvador	843.777.067	1.002.275.484	1.222.769.645	1.275.276.000
Belo Horizonte	1.280.062.539	1.521.203.350	1.784.857.840	2.054.398.255
Betim	74.532.803	81.468.295	102.136.436	108.192.000
Contagem	119.131.573	145.086.109	185.810.270	217.469.400
Juiz de Fora	157.738.492	200.997.750	229.358.783	250.787.365
Uberlândia	157.105.186	186.437.460	224.995.892	246.081.000
Vitória	307.403.173	341.914.713	407.557.395	411.901.000
Campos dos Goytacazes (*)	70.264.322	110.783.413	160.520.344	158.132.855
Duque de Caxias	209.838.977	266.064.010	278.579.128	333.200.963
Macaé	290.902.528	329.355.392	398.428.125	342.894.233
Niterói (*)	353.509.110	415.418.783	455.451.969	494.900.000
Nova Iguaçu	98.327.487	106.237.560	120.834.889	116.262.640
Rio de Janeiro	4.713.120.905	5.393.257.570	6.176.442.727	6.862.068.895
Barueri	478.729.716	550.459.838	639.587.172	682.139.000
Campinas	741.147.751	833.312.738	957.460.567	1.116.830.440
Cubatão	116.237.952	138.220.164	166.254.612	172.236.416
Guarulhos	374.624.180	438.064.673	509.152.791	503.371.600
Jundiaí	221.015.439	262.584.681	300.947.158	373.641.000
Osasco (*)	335.880.972	387.651.408	441.890.842	459.795.830
Ribeirão Preto (*)	217.465.106	264.724.286	312.427.876	336.035.000
Santo André (*)	354.143.276	400.078.537	467.589.175	494.505.083
Santos	460.276.775	502.867.348	615.913.190	626.470.533
São Bernardo do Campo	492.037.094	518.818.893	591.169.462	664.405.381
São José do Rio Preto	142.313.441	176.569.663	225.827.236	240.583.990
São José dos Campos	270.644.387	312.379.049	349.188.735	402.550.000
São Paulo	10.041.394.280	12.236.560.747	14.197.937.941	15.558.274.151
Sorocaba	218.941.626	264.718.488	326.578.135	366.422.300
Curitiba	983.655.148	1.118.962.197	1.318.136.102	1.464.080.000
Londrina	169.100.879	206.301.928	262.604.840	278.527.000
Blumenau	118.029.131	139.568.091	160.000.047	179.246.500
Florianópolis	286.351.575	352.023.489	366.317.253	442.641.631
Joinville	154.050.862	159.120.705	201.909.730	293.531.000
Caxias do Sul	159.838.731	184.930.898	229.097.929	245.342.728
Porto Alegre	870.489.743	1.007.813.332	1.129.833.121	1.313.926.060
Campo Grande	310.115.420	371.689.383	452.146.312	475.105.000
Cuiabá	140.849.077	178.226.896	246.773.644	265.757.018
Goiânia	576.502.899	669.343.389	745.961.239	812.041.000

FONTES: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – 2012.

IBGE. Censo Demográfico de 2010 e estimativa de população para 2011.

Cálculos: François E. J. de Bremaeker

(*) Municípios cujos valores foram obtidos pelo sistema de busca na internet.

MUNICÍPIOS COM RECEITA ORÇAMENTÁRIA BILIONÁRIA EM 2012

MUNICÍPIOS	RECEITA TRANSFERÊNCIAS 2009	RECEITA TRANSFERÊNCIAS 2010	RECEITA TRANSFERÊNCIAS 2011	RECEITA TRANSFERÊNCIAS 2012
Manaus	1.494.343.301	1.604.169.142	1.979.840.545	2.119.290.650
Belém	1.057.781.699	1.068.760.455	1.300.520.642	1.301.450.553
São Luís	1.074.794.443	964.147.533	1.349.264.879	1.609.201.140
Teresina	868.560.138	868.055.909	1.106.017.539	1.182.835.937
Fortaleza	2.154.439.397	2.106.849.799	2.764.975.795	2.872.271.138
Natal	727.605.512	703.141.277	876.222.797	1.418.197.320
João Pessoa	769.555.555	761.568.744	993.774.218	1.396.823.970
Recife	1.481.932.939	1.360.013.186	1.814.577.411	2.115.462.000
Maceió	762.080.750	771.433.979	977.897.326	1.149.361.553
Aracaju	545.585.127	561.282.623	716.786.264	777.186.608
Salvador	1.736.690.791	1.685.902.669	2.150.639.589	2.102.185.000
Belo Horizonte	2.648.308.002	2.669.330.725	3.365.524.352	4.101.460.042
Betim	858.136.991	854.672.418	1.028.698.297	1.111.303.000
Contagem	569.640.814	583.679.499	759.244.458	788.249.126
Juiz de Fora	513.610.073	512.642.548	610.489.679	740.421.083
Uberlândia	538.867.262	591.444.470	799.711.343	812.462.500
Vitória	655.243.267	651.985.200	839.952.502	834.700.877
Campos dos Goytacazes (*)	1.246.544.217	1.651.748.582	1.721.736.313	1.964.250.088
Duque de Caxias	971.252.232	1.027.701.867	1.031.642.080	1.395.846.052
Macaé	742.183.703	859.863.471	1.053.849.110	950.153.956
Niterói (*)	414.970.506	454.525.337	532.696.236	267.047.000
Nova Iguaçu	495.751.231	526.362.474	594.052.439	690.580.874
Rio de Janeiro	4.939.539.643	5.305.523.439	6.212.735.752	6.653.553.474
Barueri	791.976.956	785.224.679	852.911.477	919.256.000
Campinas	1.208.810.256	1.225.683.148	1.565.850.736	1.624.338.481
Cubatão	478.923.096	474.060.734	573.063.018	735.630.980
Guarulhos	1.252.948.318	1.300.789.613	1.628.250.530	1.658.934.933
Jundiaí	567.104.747	563.082.838	726.190.455	753.889.420
Osasco (*)	669.537.706	651.160.269	820.798.010	853.928.982
Ribeirão Preto (*)	627.171.630	619.823.855	792.480.542	646.197.443
Santo André (*)	578.609.149	584.260.964	713.781.277	989.505.069
Santos	552.015.865	546.552.751	605.643.001	658.053.639
São Bernardo do Campo	1.148.736.383	1.242.868.523	1.731.936.915	1.951.299.853
São José do Rio Preto	373.020.517	390.581.180	507.764.925	550.459.456
São José dos Campos	887.029.460	890.800.506	1.145.722.912	1.165.120.000
São Paulo	11.377.766.245	11.060.243.799	18.499.550.471	14.951.588.614
Sorocaba	630.660.085	648.291.590	821.874.658	831.468.885
Curitiba	1.664.846.172	1.609.880.434	1.987.005.640	2.045.225.437
Londrina	434.151.935	429.138.504	538.401.165	554.983.000
Blumenau	403.559.704	355.631.611	476.480.108	593.034.700
Florianópolis	395.160.848	387.873.124	469.651.551	676.291.708
Joinville	558.033.255	548.492.961	728.102.908	902.107.461
Caxias do Sul	505.133.826	494.802.081	635.899.036	618.717.063
Porto Alegre	1.466.704.859	1.437.596.266	1.782.173.501	1.869.501.901
Campo Grande	958.122.306	1.003.405.244	1.217.409.986	1.448.381.000
Cuiabá	607.114.940	579.136.793	707.377.094	888.413.347
Goiânia	1.224.974.454	1.208.945.514	1.493.941.970	1.391.555.000

FONTES: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – 2012.

IBGE. Censo Demográfico de 2010 e estimativa de população para 2011.

Cálculos: François E. J. de Bremaeker

(*) Municípios cujos valores foram obtidos pelo sistema de busca na internet.

MUNICÍPIOS COM RECEITA ORÇAMENTÁRIA BILIONÁRIA EM 2012

MUNICÍPIOS	RECEITA ISS 2009	RECEITA ISS 2010	RECEITA ISS 2011	RECEITA ISS 2012
Manaus	296.738.269	359.692.454	403.799.360	540.000.000
Belém	168.369.454	206.563.573	204.250.173	247.362.344
São Luís	228.764.305	249.944.465	333.860.114	470.627.502
Teresina	72.573.055	87.715.007	103.666.323	98.426.395
Fortaleza	294.521.301	363.778.384	427.468.338	491.643.026
Natal	137.964.558	154.486.991	173.161.097	192.204.000
João Pessoa	93.203.136	109.354.536	128.028.855	120.000.000
Recife	345.685.377	407.023.003	473.817.069	538.000.000
Maceió	85.770.688	109.130.434	121.188.105	169.111.498
Aracaju	91.130.322	113.344.228	133.164.397	152.947.577
Salvador	452.439.689	526.641.581	614.484.243	641.653.000
Belo Horizonte	564.476.348	653.743.596	757.300.079	879.951.045
Betim	49.329.987	50.865.385	66.075.234	71.000.000
Contagem	60.141.832	73.944.843	88.893.260	99.044.400
Juiz de Fora	69.442.913	81.002.170	94.760.470	105.020.679
Uberlândia	92.159.971	108.221.709	131.016.761	144.547.000
Vitória	232.133.676	255.320.352	304.682.022	309.922.000
Campos dos Goytacazes (*)	38.794.334	70.684.082	89.854.941	88.522.773
Duque de Caxias	162.517.163	203.179.543	218.577.488	248.341.582
Macaé	269.111.434	301.861.399	355.357.443	300.457.742
Niterói (*)	134.028.555	148.782.458	176.346.278	186.198.000
Nova Iguaçu	53.445.117	57.357.640	64.802.815	62.099.790
Rio de Janeiro	2.767.111.745	3.166.204.901	3.722.608.357	4.219.523.068
Barueri	440.031.134	496.177.514	543.664.600	613.650.000
Campinas	352.438.332	421.405.196	486.521.141	573.276.096
Cubatão	85.896.765	106.448.617	128.160.175	130.309.693
Guarulhos	136.923.847	175.567.808	214.613.160	208.115.000
Jundiaí	116.256.001	133.189.785	158.483.297	203.942.000
Osasco (*)	188.535.241	227.020.813	243.925.937	253.853.796
Ribeirão Preto (*)	96.953.129	118.051.453	146.012.007	156.000.000
Santo André (*)	131.228.833	163.223.523	209.463.364	228.700.000
Santos	217.016.658	248.047.923	301.519.500	299.455.000
São Bernardo do Campo	201.922.819	221.855.323	245.501.607	280.653.084
São José do Rio Preto	60.217.340	72.499.160	102.345.091	108.360.000
São José dos Campos	161.264.007	197.442.631	197.374.365	231.960.000
São Paulo	5.954.568.067	7.053.318.138	8.147.925.921	9.112.565.183
Sorocaba	101.002.001	122.849.501	160.403.813	182.147.361
Curitiba	509.386.356	574.074.241	710.600.177	790.000.000
Londrina	67.497.596	80.237.828	99.992.804	115.157.000
Blumenau	56.043.980	65.532.007	76.894.364	88.740.000
Florianópolis	113.242.704	134.745.806	149.364.775	163.912.000
Joinville	76.386.465	75.369.293	99.842.312	150.000.000
Caxias do Sul	79.175.381	94.408.264	112.878.578	123.705.832
Porto Alegre	414.288.322	486.787.891	555.661.392	664.155.742
Campo Grande	130.943.828	149.511.833	183.215.748	207.000.000
Cuiabá	98.244.486	122.737.631	157.181.039	151.093.849
Goânia	254.022.664	307.897.489	347.765.897	302.410.000

FONTES: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – 2012.

IBGE. Censo Demográfico de 2010 e estimativa de população para 2011.

Cálculos: François E. J. de Bremaeker

(*) Municípios cujos valores foram obtidos pelo sistema de busca na internet.



MUNICÍPIOS COM RECEITA ORÇAMENTÁRIA BILIONÁRIA EM 2012

MUNICÍPIOS	RECEITA IPTU 2009	RECEITA IPTU 2010	RECEITA IPTU 2011	RECEITA IPTU 2012
Manaus	55.659.310	50.005.606	52.294.653	150.000.000
Belém	40.289.951	47.629.279	51.455.899	56.004.423
São Luís	33.603.874	39.655.112	31.125.066	116.059.302
Teresina	19.284.257	21.574.332	32.072.447	25.000.000
Fortaleza	114.115.675	159.734.234	172.071.714	193.915.334
Natal	35.581.801	41.794.636	51.273.351	52.350.000
João Pessoa	26.883.947	29.244.840	32.957.525	33.000.000
Recife	170.013.791	185.198.735	204.751.805	222.000.000
Maceió	43.126.830	47.995.185	54.095.813	68.307.999
Aracaju	41.197.121	47.162.751	54.406.503	58.540.448
Salvador	175.459.584	198.929.617	244.661.422	251.815.000
Belo Horizonte	431.775.950	527.947.854	631.701.833	703.876.491
Betim	17.243.603	19.810.860	22.467.669	25.000.000
Contagem	23.498.650	27.324.583	43.308.651	52.500.000
Juiz de Fora	54.734.033	73.753.046	80.630.548	89.202.632
Uberlândia	26.118.529	28.081.848	30.485.731	36.159.000
Vitória	37.195.649	40.072.069	44.003.996	46.662.000
Campos dos Goytacazes (*)	14.910.475	18.135.706	19.915.317	19.624.287
Duque de Caxias	38.881.921	48.673.430	39.885.922	65.176.660
Macaé	9.594.652	11.020.850	21.663.986	16.200.000
Niterói (*)	150.413.814	181.107.592	172.453.845	203.000.000
Nova Iguaçu	27.405.656	28.474.922	31.141.095	32.593.260
Rio de Janeiro	1.277.320.074	1.431.848.091	1.526.766.705	1.643.912.403
Barueri	12.488.243	13.407.943	14.741.000	15.776.000
Campinas	282.409.813	292.281.197	319.549.913	367.789.569
Cubatão	27.193.620	28.209.414	33.809.431	36.445.150
Guarulhos	199.906.576	212.720.279	228.693.109	248.560.000
Jundiaí	62.159.037	68.458.076	73.838.104	94.661.000
Osasco (*)	112.667.277	122.413.506	141.831.451	147.505.393
Ribeirão Preto (*)	85.775.925	91.388.535	103.064.519	112.000.000
Santo André (*)	150.664.232	150.353.636	156.874.649	206.635.000
Santos	174.159.435	174.350.599	213.850.544	224.030.000
São Bernardo do Campo	200.164.365	193.429.218	219.503.491	239.561.298
São José do Rio Preto	61.923.969	79.038.583	90.102.830	100.835.840
São José dos Campos	78.913.297	79.706.196	106.668.534	118.584.000
São Paulo	3.226.271.058	4.049.113.822	4.531.673.266	4.963.845.040
Sorocaba	62.775.446	70.868.285	78.405.931	87.058.978
Curitiba	284.334.830	305.433.102	320.542.415	356.000.000
Londrina	70.146.224	85.851.585	109.379.974	104.099.000
Blumenau	33.645.646	38.237.142	45.500.621	42.698.730
Florianópolis	99.945.646	127.387.103	121.671.919	135.486.000
Joinville	53.460.849	60.532.549	67.527.491	100.000.000
Caxias do Sul	35.478.340	38.648.377	51.471.296	50.685.468
Porto Alegre	243.203.089	276.018.245	286.322.152	342.000.640
Campo Grande	133.331.732	164.288.972	195.294.618	192.500.000
Cuiabá	20.988.099	22.647.960	44.283.358	54.197.478
Goiânia	214.924.789	228.040.141	244.815.095	299.307.000

FONTES: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – 2012.

IBGE. Censo Demográfico de 2010 e estimativa de população para 2011.

Cálculos: François E. J. de Bremaeker

(*) Municípios cujos valores foram obtidos pelo sistema de busca na internet.

MUNICÍPIOS COM RECEITA ORÇAMENTÁRIA BILIONÁRIA EM 2012

MUNICÍPIOS	RECEITA ITBI 2009	RECEITA ITBI 2010	RECEITA ITBI 2011	RECEITA ITBI 2012
Manaus	19.464.418	27.788.621	39.601.059	42.000.000
Belém	12.772.373	20.291.667	19.189.213	21.678.894
São Luís	9.413.611	14.070.964	15.081.093	32.496.605
Teresina	8.504.843	11.331.681	12.687.450	10.752.182
Fortaleza	46.335.799	67.138.701	88.285.647	99.197.176
Natal	21.510.513	28.876.716	31.137.102	37.694.000
João Pessoa	35.121.135	42.381.901	57.127.891	54.000.000
Recife	39.850.282	47.157.153	60.425.869	61.190.000
Maceió	13.160.424	18.725.657	23.819.045	25.417.521
Aracaju	20.941.637	29.410.115	43.656.302	35.171.555
Salvador	101.068.462	126.121.359	171.982.627	198.384.000
Belo Horizonte	154.276.652	209.659.871	262.821.124	299.730.550
Betim	4.635.637	7.312.666	8.956.517	8.000.000
Contagem	20.496.346	28.563.847	34.247.142	32.025.000
Juiz de Fora	11.517.899	15.664.849	18.720.767	19.225.546
Uberlândia	20.058.016	29.480.207	36.105.107	39.164.000
Vitória	20.141.885	27.454.954	37.390.547	31.843.000
Campos dos Goytacazes (*)	7.052.357	7.500.517	11.644.528	11.464.632
Duque de Caxias	2.979.554	4.081.917	5.793.560	0
Macaé	6.371.891	9.972.850	14.004.956	8.400.000
Niterói (*)	40.351.568	56.050.043	72.434.629	68.000.000
Nova Iguaçu	4.439.196	6.296.797	8.608.586	7.037.800
Rio de Janeiro	389.969.500	496.975.421	592.928.653	647.934.002
Barueri	17.534.150	31.232.080	26.760.000	40.479.000
Campinas	37.529.842	51.817.607	68.493.877	73.478.813
Cubatão	912.580	1.450.360	1.982.899	3.053.213
Guarulhos	19.703.535	28.821.095	38.862.244	24.177.200
Jundiaí	18.499.786	33.355.370	39.807.332	42.999.000
Osasco (*)	14.337.428	17.577.653	26.034.567	27.019.092
Ribeirão Preto (*)	27.778.241	43.018.815	53.486.583	50.000.000
Santo André (*)	28.354.735	37.077.388	40.927.822	47.300.000
Santos	24.705.674	33.448.448	45.602.773	47.900.000
São Bernardo do Campo	25.793.324	35.652.462	48.297.994	58.692.000
São José do Rio Preto	13.966.090	17.805.402	24.663.878	23.788.800
São José dos Campos	20.325.933	24.406.989	33.557.382	38.168.000
São Paulo	687.008.322	948.638.538	1.126.510.766	1.252.894.671
Sorocaba	21.747.604	33.644.459	40.111.341	46.911.955
Curitiba	122.266.727	166.582.692	204.007.620	240.000.000
Londrina	17.116.019	23.686.893	31.884.039	40.675.000
Blumenau	9.742.855	11.791.825	14.589.253	16.461.270
Florianópolis	35.144.552	42.452.686	47.889.929	52.903.000
Joinville	12.400.916	17.572.776	24.282.259	30.000.000
Caxias do Sul	22.530.965	27.193.172	37.603.387	43.229.656
Porto Alegre	131.877.889	153.719.194	187.709.020	200.428.036
Campo Grande	19.851.022	26.480.432	31.743.248	36.630.000
Cuiabá	9.270.223	17.380.222	22.857.880	30.213.523
Goiânia	80.220.208	101.446.707	119.857.402	96.470.000

FONTES: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – 2012.

IBGE. Censo Demográfico de 2010 e estimativa de população para 2011.

Cálculos: François E. J. de Bremaeker

(*) Municípios cujos valores foram obtidos pelo sistema de busca na internet.



MUNICÍPIOS COM RECEITA ORÇAMENTÁRIA BILIONÁRIA EM 2012

MUNICÍPIOS	RECEITA TAXAS 2009	RECEITA TAXAS 2010	RECEITA TAXAS 2011	RECEITA TAXAS 2012
Manaus	31.652.898	25.814.946	24.316.531	31.014.000
Belém	32.366.550	39.639.134	43.717.195	50.118.323
São Luís	8.921.381	12.783.048	13.390.589	17.083.118
Teresina	6.317.552	7.960.912	3.685.734	4.230.000
Fortaleza	9.189.079	12.007.137	13.499.292	15.053.397
Natal	29.107.464	33.595.876	37.616.599	38.214.000
João Pessoa	22.647.155	26.330.418	24.478.023	33.816.261
Recife	82.298.983	91.555.811	103.243.220	115.082.000
Maceió	25.908.505	29.702.831	36.213.209	52.151.936
Aracaju	11.791.835	13.245.003	15.526.058	20.839.981
Salvador	114.809.331	150.582.927	184.645.830	183.424.000
Belo Horizonte	129.533.588	129.852.029	133.034.804	169.816.569
Betim	3.323.573	3.479.385	3.800.025	4.192.000
Contagem	14.994.744	15.252.836	17.249.661	33.900.000
Juiz de Fora	22.043.647	30.577.684	34.324.812	37.338.507
Uberlândia	18.732.114	20.646.317	23.424.593	26.199.000
Vitória	17.931.962	19.067.338	21.480.829	23.474.000
Campos dos Goytacazes (*)	7.257.521	6.131.472	39.105.557	38.521.163
Duque de Caxias	5.460.337	10.129.520	14.322.158	19.682.721
Macaé	5.824.549	6.500.169	7.401.737	13.836.490
Niterói (*)	28.715.173	29.478.690	34.200.293	37.702.000
Nova Iguaçu	13.037.518	14.108.201	15.634.088	14.531.790
Rio de Janeiro	278.719.585	298.229.157	321.348.135	350.699.422
Barueri	8.676.186	9.642.301	11.632.000	12.234.000
Campinas	68.765.606	67.807.111	80.734.432	102.268.819
Cubatão	2.234.987	2.111.773	2.302.106	2.428.360
Guarulhos	17.219.308	20.351.553	21.670.592	20.175.200
Jundiaí	24.099.029	27.581.449	28.818.424	32.039.000
Osasco (*)	20.341.025	20.639.436	23.610.723	24.505.688
Ribeirão Preto (*)	6.944.519	12.236.778	9.824.142	18.000.000
Santo André (*)	43.629.998	49.146.797	51.968.925	11.870.083
Santos	44.395.007	47.020.378	54.940.372	55.084.533
São Bernardo do Campo	64.156.585	67.881.891	77.698.186	85.498.998
São José do Rio Preto	6.083.822	7.137.570	7.899.626	7.425.472
São José dos Campos	10.141.149	10.822.339	11.562.228	13.822.000
São Paulo	173.541.827	185.487.855	210.025.885	228.968.144
Sorocaba	33.075.826	37.107.572	46.268.548	50.304.006
Curitiba	67.662.079	72.866.535	77.415.388	90.170.000
Londrina	14.170.314	16.364.073	21.177.350	18.478.000
Blumenau	18.540.110	23.954.675	22.973.698	31.346.500
Florianópolis	38.008.278	47.437.894	47.180.409	53.720.508
Joinville	11.294.521	5.377.229	7.889.808	12.271.000
Caxias do Sul	22.654.046	24.681.086	27.144.666	27.721.771
Porto Alegre	81.120.442	91.288.003	99.610.464	107.341.642
Campo Grande	19.866.966	22.296.429	23.704.643	28.725.000
Cuiabá	12.346.268	15.461.083	22.451.367	30.252.168
Goiânia	27.335.057	31.959.051	33.522.844	113.784.000

FONTES: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – 2012.

IBGE. Censo Demográfico de 2010 e estimativa de população para 2011.

Cálculos: François E. J. de Bremaeker

(*) Municípios cujos valores foram obtidos pelo sistema de busca na internet.

SÉRIE ESTUDOS TÉCNICOS

1. Panorama das finanças municipais no período entre 2005 e 2006. Fevereiro de 2008.
2. As finanças municipais em 2007. Setembro de 2008.
3. As receitas tributárias municipais em 2007. Outubro de 2008.
4. As receitas dos Municípios do Estado da Bahia em 2007. Outubro de 2008.
5. As receitas dos Municípios do estado de São Paulo em 2007. Outubro de 2008.
6. Perfil dos Vereadores do Estado de São Paulo (2009-2012). Novembro de 2008.
7. Perfil dos Prefeitos brasileiros (2009-2012). Novembro de 2008.
8. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – São Paulo. Dezembro de 2008.
9. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Minas Gerais. Dezembro de 2008.
10. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Espírito Santo. Dezembro de 2008.
11. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Rio de Janeiro. Dezembro de 2008.
12. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Paraná. Dezembro de 2008.
13. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Santa Catarina. Dezembro de 2008.
14. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Rio Grande do Sul. Dezembro de 2008.
15. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Bahia. Dezembro de 2008.
16. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Sergipe. Dezembro de 2008.
17. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Alagoas. Dezembro de 2008.
18. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Pernambuco. Dezembro de 2008.
19. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Paraíba. Dezembro de 2008.
20. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Rio Grande do Norte. Dezembro de 2008.
21. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Ceará. Dezembro de 2008.
22. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Piauí. Dezembro de 2008.
23. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Maranhão. Dezembro de 2008.
24. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Mato Grosso do Sul. Dezembro de 2008.
25. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Mato Grosso. Dezembro de 2008.
26. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Goiás. Dezembro de 2008.
27. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Rondônia. Dezembro de 2008.

28. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Goiás. Dezembro de 2008.
29. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Rondônia. Dezembro de 2008.
30. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Acre. Dezembro de 2008.
31. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Amazonas. Dezembro de 2008.
32. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Roraima. Dezembro de 2008.
33. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Pará. Dezembro de 2008.
34. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Amapá. Dezembro de 2008.
35. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Tocantins. Dezembro de 2008.
36. Os efeitos da renúncia fiscal do Governo federal nas finanças municipais e estaduais. Dezembro de 2008.
37. Perfil das Vereadoras do Estado de São Paulo (2009 – 2012). Dezembro de 2008.
38. Perfil dos Prefeitos do Estado de São Paulo (2009 – 2012). Dezembro de 2008.
39. Perfil dos Prefeitos do Estado de Minas Gerais (2009 – 2012). Dezembro de 2008.
40. Perfil dos Prefeitos do Estado da Bahia (2009 – 2012). Dezembro de 2008.
41. Evolução do Fundo de Participação dos Municípios (2007 – 2008). Janeiro de 2009.
42. Perfil dos Prefeitos do Estado da Bahia (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
43. Perfil dos Prefeitos do Estado do Espírito Santo (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
44. Perfil dos Prefeitos do Estado do Paraná (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
45. Perfil dos Prefeitos do Estado de Santa Catarina (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
46. Perfil dos Prefeitos do Estado do Rio Grande do Sul (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
47. Perfil dos Prefeitos do Estado do Mato Grosso do Sul (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
48. Perfil dos Prefeitos do Estado do Mato Grosso (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
49. Perfil dos Prefeitos do Estado de Goiás (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
50. Perfil dos Prefeitos do Estado do Maranhão (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
51. Perfil dos Prefeitos do Estado do Piauí (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
52. Perfil dos Prefeitos do Estado do Ceará (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
53. Perfil dos Prefeitos do Estado do Rio Grande do Norte (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
54. Perfil dos Prefeitos do Estado da Paraíba (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
55. Perfil dos Prefeitos do Estado de Pernambuco (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
56. Perfil dos Prefeitos do Estado de Alagoas (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
57. Perfil dos Prefeitos do Estado de Sergipe (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
58. Perfil dos Prefeitos do Estado de Rondônia (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
59. Perfil dos Prefeitos do Estado do Acre (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
60. Perfil dos Prefeitos do Estado do Amazonas (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
61. Perfil dos Prefeitos do Estado de Roraima (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
62. Perfil dos Prefeitos do Estado do Pará (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
63. Perfil dos Prefeitos do Estado do Amapá (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
64. Perfil dos Prefeitos do Estado do Tocantins (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
65. Comparações sobre o perfil dos Prefeitos brasileiros (2009 – 2012). Janeiro de 2009.

66. Proposta alternativa à PEC 333/2004 na Câmara dos Deputados e 020/2008 no Senado Federal, segundo dados das despesas com a função legislativa em 2007. Fevereiro de 2009.
67. Despesas municipais com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2007. Março de 2009.
68. As despesas municipais com a função saúde em 2007. Março de 2009.
69. As transferências de recursos para os Municípios na área da saúde em 2007. Março de 2009.
70. Os recursos municipais alocados na área da saúde em 2007. Março de 2009.
71. Despesas dos Municípios do Estado de Minas Gerais com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2007, frente à crise financeira de 2009. Abril de 2009.
72. Despesas dos Municípios do Estado da Paraíba com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2007, frente à crise financeira de 2009. Abril de 2009.
73. Despesas dos Municípios do Estado de São Paulo com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2007, frente à crise financeira de 2009. Abril de 2009.
74. Limites das despesas das Câmaras Municipais de acordo com a PEC nº 47 / 2008. Abril de 2009.
75. Limites das despesas das Câmaras Municipais de acordo com a PEC nº 47 / 2008, para o Estado de São Paulo. Maio de 2009.
76. Limites das despesas das Câmaras Municipais de acordo com a PEC nº 47 / 2008, segundo a emenda do critério populacional. Maio de 2009.
77. Limites das despesas das Câmaras Municipais de acordo com a PEC nº 47 / 2008, segundo a emenda do critério populacional, para o Estado de Minas Gerais. Maio de 2009.
78. Limites das despesas das Câmaras Municipais de acordo com a PEC nº 47 / 2008, segundo a emenda do critério populacional, para o Estado de São Paulo. Maio de 2009.
79. As despesas municipais com a função legislativa em 2007. Maio de 2009.
80. A transparência das contas municipais. Junho de 2009.
81. Despesas dos Municípios do Estado da Bahia com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2007, frente à crise financeira de 2009. Junho de 2009.
82. Limites das despesas das Câmaras Municipais de acordo com a PEC nº 47 / 2008, segundo a emenda do critério populacional. Junho de 2009.
83. Perfil dos Vereadores do Estado do Ceará. Julho de 2009.
84. As despesas municipais com a função habitação em 2007. Julho de 2009.
85. As despesas municipais com a subfunção assistência à criança em 2007. Julho de 2009.
86. As despesas municipais e a pressão do salário mínimo em 2007. Agosto de 2009.
87. Subsídios à discussão do Projeto de Lei que pretende instituir a Política Nacional de Planejamento Regional Urbano. I – Caracterização demográfica. Agosto de 2009.
88. A situação orçamentária dos Municípios brasileiros em 2007. Setembro de 2009.
89. Despesas municipais com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2008. Setembro de 2009.
90. As finanças municipais em 2008. setembro de 2009.
91. As receitas tributárias municipais em 2008. Setembro de 2009.
92. Despesas dos Municípios do Estado da Bahia com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2008. Setembro de 2009.

93. Despesas dos Municípios do Estado do Amapá com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2008. Setembro de 2009.
94. Despesas dos Municípios do Estado de São Paulo com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2008. Setembro de 2009.
95. Alterações territoriais entre os censos de 2000 e 2010. Outubro de 2009.
96. Os precatórios e as finanças municipais em 2008. Novembro de 2009.
97. O endividamento de longo prazo e as finanças municipais em 2008. Novembro de 2009.
98. Subsídios à discussão do Projeto de Lei que pretende instituir a Política Nacional de Planejamento Regional Urbano. II – Caracterização espacial. Novembro de 2009.
99. Em busca da equidade através do Programa Territórios da Cidadania. Janeiro de 2010.
100. Subsídios à discussão do Projeto de Lei que pretende instituir a Política Nacional de Planejamento Regional Urbano. III – Recursos financeiros. Janeiro de 2010.
101. A pobreza em nível municipal. Fevereiro de 2010.
102. As despesas municipais com a função legislativa em 2008. Fevereiro de 2010.
103. Os limites de despesas das Câmaras Municipais em 2008. Fevereiro de 2010.
104. Subsídios à proposta de alteração dos limites de despesas com a função legislativa. Fevereiro de 2010.
105. A remuneração dos Vereadores da Paraíba em 2005. Março de 2010.
104. Brazilian municipal finances in 2008 and the effects of global crisis. Abril de 2010.
105. A importância do FPM para as finanças municipais e seu papel na equalização das receitas. Julho de 2010.
106. As receitas dos Municípios do Estado da Bahia em 2008. Agosto de 2010.
107. Despesas dos Municípios do Estado da Bahia com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2008. Agosto de 2010.
108. As receitas dos Municípios da região de Feira de Santana em 2008. Setembro de 2010.
109. A política de fundos para a educação e o impacto nas finanças dos Estados e Municípios. Setembro de 2010.
110. As receitas dos Municípios da região Norte-Nordeste do Estado da Bahia em 2008. Setembro de 2010.
111. Municípios que receberam recursos para consórcios em 2008 e 2009 (segundo os dados da base da STN). Setembro de 2010.
112. As finanças municipais em 2009. Setembro de 2010.
113. As receitas tributárias municipais em 2009. Setembro de 2010.
114. As receitas dos Municípios do Estado da Bahia em 2009. Setembro de 2010.
115. As receitas dos Municípios do Sudoeste da Bahia em 2009. Outubro de 2010.
116. Maiores e menores receitas orçamentárias per capita dos Municípios em 2009. Outubro de 2010.
117. O endividamento dos Municípios com população superior a 50 mil habitantes em julho de 2010. Outubro de 2010.
118. As receitas dos Municípios do Estado de São Paulo em 2009. Outubro de 2010.
119. As despesas municipais com a função legislativa em 2009. Outubro de 2010.
120. Padrões de crescimento da população brasileira em nível municipal (2008 – 2009). Novembro de 2010.
121. Evolução da população para os Municípios com população superior a 50 mil habitantes no período 2006 – 2009. Novembro de 2010.

122. Efeitos do resultado do Censo Demográfico de 2010 na distribuição do Fundo de Participação dos Municípios em 2011. Novembro de 2010.
123. Evolução da receita orçamentária para os Municípios com população superior a 50 mil habitantes no período 2006 – 2009. Novembro de 2010.
124. Evolução da receita tributária para os Municípios com população superior a 50 mil habitantes no período 2006 – 2009. Novembro de 2010.
125. Áreas mínimas de comparação entre os Censos de 2000 e 2010: população. Janeiro de 2011.
126. A situação da urbanização nos Municípios brasileiros em 2010. Janeiro de 2011.
127. A distribuição da população em nível municipal em 2010. Fevereiro de 2010.
128. O crescimento da população em nível municipal no período entre 2000 e 2010. Fevereiro de 2011.
129. Os Municípios cuja população cresceu acima da média no período entre 2000 e 2010. Abril de 2011.
130. Os Municípios cuja população cresceu abaixo da média no período entre 2000 e 2010. Abril de 2011.
131. Os Municípios que perderam população no período entre 2000 e 2010. Abril de 2011.
132. Despesas municipais com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2009. Abril de 2011.
133. A evolução da população do Estado da Bahia no período entre 2000 e 2010. Abril de 2011.
134. Subsídios para a formulação de uma política para as principais aglomerações Urbanas do Brasil: crescimento demográfico no período 2000-2010. Julho de 2011.
135. As finanças municipais em 2010. Setembro de 2011.
136. Planejamento nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas de grande porte demográfico. Outubro de 2011.
137. A distribuição dos royalties do pré-sal e a equidade através do FPM: a distância entre as palavras (intenções) e os números (realidade). Outubro de 2011.
138. Uma alternativa para a distribuição dos royalties do pré-sal a favor da saúde, educação, saneamento e habitação. Outubro de 2011.
139. As receitas tributárias municipais em 2010. Dezembro de 2011.
140. As despesas municipais e a situação orçamentária em 2010. Dezembro de 2011.
141. A evolução e a concentração do Produto Interno Bruto pelos Municípios brasileiros entre 2005 e 2009. Dezembro de 2011.
142. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Rondônia. Março de 2012.
143. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Acre. Março de 2012.
144. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Amazonas. Março de 2012.
145. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Roraima. Março de 2012.
146. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Pará. Março de 2012.
147. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Amapá. Março de 2012.
148. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Tocantins. Março de 2012.
149. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Maranhão. Março de 2012.

150. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Piauí. Março de 2012.
151. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Ceará. Março de 2012.
152. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Rio Grande do Norte. Março de 2012.
153. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Paraíba. Março de 2012.
154. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Pernambuco. Março de 2012.
155. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Alagoas. Março de 2012.
156. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Sergipe. Março de 2012.
157. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Bahia. Março de 2012.
158. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Minas Gerais. Março de 2012.
159. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Espírito Santo. Março de 2012.
160. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Rio de Janeiro. Março de 2012.
161. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – São Paulo. Março de 2012.
162. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Paraná. Março de 2012.
163. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Santa Catarina. Março de 2012.
164. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Rio Grande do Sul. Março de 2012.
165. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Mato Grosso do Sul. Março de 2012.
166. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Mato Grosso. Março de 2012.
167. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Goiás. Março de 2012.
168. As receitas dos Municípios do Estado da Bahia em 2010. Março de 2012.
169. As receitas dos Municípios do Estado de Minas Gerais em 2010. Abril de 2012.
170. Despesas municipais com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2010. Abril de 2012.
171. As despesas municipais com a função legislativa em 2010. Abril de 2012.
172. As despesas dos governos federal, estaduais e municipais com a função gestão Ambiental em 2010. Maio de 2012.
173. A dívida ativa inscrita pelos Municípios e a receita com ela auferida: a situação em 2010. Junho de 2012.
174. Os Municípios bilionários em 2012. Julho de 2012.

OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

Encontra-se à disposição dos usuários, na página eletrônica da ONG Associação Transparência Municipal o Observatório de Informações Municipais, contendo uma série de estudos, artigos e notícias de interesse dos Prefeitos, Vereadores, Secretários e servidores municipais, além do meio acadêmico, da mídia e de técnicos especialistas em assuntos relacionados à administração pública, em especial a municipal.

Também se encontram à disposição dos usuários um compêndio de legislação de interesse dos Municípios além de estimativas trimestrais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e índices de inflação, atualizados mensalmente.

O Observatório inova através da abertura de um espaço de debate relacionado a temas que dizem respeito à defesa dos interesses dos Municípios.

Visite o Observatório de Informações Municipais acessando o endereço eletrônico: www.tmunipal.org.br/oim .

Equipe do Observatório Municipal de Informações

Gestor

François E. J. de Bremaeker – francois.bremaeker@tmunicipal.org.br

Desenvolvimento de Sistemas e Inovação Tecnológica

Bruno Soares | Gerente de Desenvolvimento - bruno.soares@tmunicipal.org.br

Vanessa Bomfim | Analista de Sistemas - vanessa.bomfim@tmunicipal.org.br

Rafael Leite | Analista de Sistemas – rafael.leite@tmunicipal.org.br

Daniele Tavares Souza | Analista de Sistemas – daniele.souza@tmunicipal.org.br

Cintia Cavalcante | Designer – cintia.cavalcante@tmunicipal.org.br

A **Associação Transparência Municipal (ATM)** é uma instituição brasileira sem fins lucrativos e de apoio técnico aos municípios. Com sede em Salvador – Bahia e de atuação nacional a ATM tem, por finalidade, cooperar com órgãos e entidades ligados ao poder público no planejamento, na aplicação de recursos, na implantação de políticas públicas e na promoção de atividades de pesquisa, educação, desenvolvimento institucional e transparência administrativa.

A ATM possui inquestionável reputação ético-profissional e foi declarada de utilidade pública por projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado da Bahia em dezembro/2010.

A Associação Transparência Municipal também atua institucionalmente em outros projetos de alcance nacional voltados para a realidade e os interesses dos municípios, tais como:

1. **Observatório de Informações Municipais – OIM:** através do Observatório, a ATM discute temas de relevante interesse nacional, elabora e disponibiliza estudos e artigos que permitem conhecer a realidade financeira municipal brasileira, fornecendo informações e notícias que auxiliam na tomada de decisões, abrindo espaços de debate sobre temas da atualidade de interesse dos Municípios e levantando informações que mostrem para a sociedade os governos municipais de forma mais transparente. O endereço virtual do Observatório de Informações Municipais criado e mantido pela ATM é <http://www.oim.tmunicipal.org.br/>.
2. **Congresso Brasileiro de Municípios:** realizado anualmente pela ATM em conjunto com a Associação Brasileira de Municípios – ABM com sede em Brasília-DF, o Congresso apresenta e discute grandes temas relacionados à realidade municipal, tais como a questão da necessidade de novo Pacto Federativo, reforma tributária, desenvolvimento sustentável das cidades e transparência.
3. **Conselho Consultivo do Observatório de Consórcios Públicos e Federalismo:** a ATM atua como membro deste Conselho, cuja finalidade é estimular os municípios a se organizarem em consórcios para executar políticas públicas de interesse comum - a exemplo da coleta e tratamento de lixo, do saneamento básico e da infraestrutura urbana e rural. O Observatório de Consórcios Públicos e Federalismo é uma iniciativa conjunta da Frente Nacional de Prefeitos – FNP, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e da Caixa Econômica Federal, com apoio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores;

4. Participa ativamente do grupo de trabalho instituído pela Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República sobre o federalismo e mecanismos de aperfeiçoamento da repartição de recursos aos Estados e Municípios;
5. **Colóquio Internacional sobre Federalismo Fiscal e Combate às Desigualdades**: realizado em Salvador-Ba, em 22 de julho de 2010, o Colóquio foi promovido pela Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República juntamente com a Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia em parceria com o Fórum das Federações. Neste evento, a ATM participou como palestrante, abordando o estudo a importância do FPM para as finanças municipais e seu papel na equalização das receitas. O estudo apresenta dados sobre a distribuição do FPM e para o conjunto das outras transferências pelas regiões e grupos de habitantes.
6. Participa da **Rede de Diálogo do Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República**, através de estudos, sugestões e participação em reuniões, em especial colaborando com os estudos “Pela Equidade na Educação Brasileira”, encaminhado por ocasião da Conferência Nacional da Educação (CONAE 2010) e o estudo “Em Busca da Equidade Através do Programa Territórios da Cidadania”, também encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, direcionado ao Programa de Erradicação da Pobreza Extrema.
7. Participa do Conselho Municipal do Meio Ambiente e do Conselho de Desenvolvimento Territorial da Prefeitura Municipal de Paraíba do Sul (RJ).
8. Participa ativamente do Programa de Capacitação dos Vereadores do Brasil – Capacitar para Crescer, organizado pela Associação Brasileira de Câmaras Municipais (ABRACAM), que conta com o patrocínio do SEBRAE Nacional, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Governo Federal, Governos estaduais, ABM, GovBr e Anamup.

9. Participa dos trabalhos do GT 5 – Estado e Políticas Educacionais, no âmbito dos debates sobre “Federalismo e Políticas Educacionais na Efetivação do Direito à educação”, promovido pela Universidade Federal do Paraná, UNICAMP, ANPED e CAPES. Contribuiu em livro publicado pelo IPEA com o capítulo “A política de fundos para a educação e o impacto nas finanças dos Estados e Municípios.
10. Participa de encontros de secretários municipais de educação, promovidos pela União dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio de Janeiro e de reuniões das Conferências Municipais de Educação.
11. Participa de Seminários Nacionais de Melhores Práticas e Propostas de Gestão da Arrecadação Municipal, realizados pela Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (FENAFIM), pela Associação dos Auditores Fiscais-Tributários do Município de São Paulo e da Associação dos Fiscais Fazendários de Ribeirão Preto.
12. Participou da criação e auxilia na realização dos trabalhos desenvolvidos pelo Fórum de Secretários Municipais de Finanças do Estado da Bahia, inclusive de encontros regionais de secretários municipais de finanças.
13. Desenvolveu um sistema eletrônico de disponibilização em tempo real das informações financeiras dos Municípios, para atender à Lei Complementar nº 131.
14. Patrocinou gratuitamente e cursos, congressos, seminários e outros eventos, alguns deles disponibilizados em vídeos pela Internet, tais como: oficina de controle interno e fiscalização; seminário sobre o fortalecimento das finanças municipais; alterações obrigatórias para a escrituração contábil e balanço; encontro de prefeitos e secretários de finanças da Bahia; seminário de transparência municipal; curso avançado de licitações; curso de assessoria de imprensa; aula prática sobre execução orçamentária; congresso baiano de transparência nas licitações; curso prático de licitações; encontro de prefeitos eleitos e reeleitos; curso de transparência administrativa municipal; oficina sobre licitações; e seminário sobre transparência administrativa eletrônica.

15. Participou do **Conselho de Desenvolvimento das Cidades** da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – FECOMÉRCIO, extinto em 2012, através de reuniões, discussão de temas da atualidade e apresentação de estudos. Contribuiu tecnicamente na elaboração do livro “Manual de Gestão Urbana Fecomércio. Participa do júri do 2º Prêmio Fecomércio de Sustentabilidade;

François E. J de Bremaeker

- Economista e Geógrafo.
- Consultor da Associação Transparência Municipal, onde atua como palestrante em eventos.
- Gestor do Observatório de Informações Municipais
- Presta consultoria para associações municipalistas e é professor-consultor da Oficina Municipal.
- Conselheiro-suplente do Fórum de Consórcios e do Federalismo da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP)
- Membro da Rede de Diálogo do Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES-PR)
- Membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Municípios - seccional Rio de Janeiro (ABM-RJ)
- Consultor da Escola de Gestão da Associação Brasileira de Municípios (ABM)
- Consultor da Associação Brasileira de Câmaras Municipais (ABRACAM)
- Membro do Fórum sobre Federalismo do Comitê de Articulação Federativa da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (CAF/SRI-PR)
- Membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Paraíba do Sul (RJ), sendo eleito Presidente em 2012.
- Membro do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Paraíba do Sul (RJ), ocupando o cargo de Vice-Presidente em 2011.
- Sócio-Benemérito da Associação Brasileira de Câmaras Municipais (ABRASCAM) e destaque ABRASCAM em 2002 pelo trabalho em prol do reconhecimento profissional nos legislativos municipais, e em 2003, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido em defesa dos servidores e do Serviço Público Municipal
- É colunista da Revista Painel de Compras Municipais
- É articulista da Revista Correio dos Estados e Municípios
- É articulista do Jornal do Interior, da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (UVESP).
- Escreve para diversos veículos de comunicação e sítios na Internet.
- Foi assessor técnico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal por 38 anos, de 1971 a 2008 (aposentado).
- Foi membro do extinto Conselho de Desenvolvimento das Cidades da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de São Paulo (FECOMERCIO-SP) e jurado do 2º Prêmio de Sustentabilidade.